

-----ATA N.º 82-----

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL DA CASA DO POVO DE S. MARTINHO DAS AMOREIRAS, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. -----

-----Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, pelas quinze horas e quinze minutos, realizou-se no salão da Sede da nossa Instituição uma reunião ordinária da Assembleia Geral, cuja mesa foi constituída pelo seu Presidente, Nuno Miguel dos Santos Cunha Duarte, e pelos secretários, Antero de Matos Fernandes Silva e Pedro Miguel Barros Candeias, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----**Ponto Um** – Apresentação, discussão e votação do Relatório de Atividades, das Contas e do Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 2025; -----

-----**Ponto Dois** – Outros assuntos com interesse para a instituição. -----

-----Aberta a sessão, com doze sócios presentes, o Presidente da Mesa, Nuno Miguel dos Santos Cunha Duarte, concedeu a palavra à Direção para ser apresentado, discutido e votado o conteúdo **do Ponto um da ordem de trabalhos**. Tomou a palavra o Presidente da Direção, Ricardo Varela Pereira Silva, que informou que o processo de preparação e encerramento do exercício de 2025 foi coordenado pelo Tesoureiro, António Maria Belchior, pelo que lhe passou a palavra para este apresentar os documentos em discussão. Tomando a palavra, o Tesoureiro começou a apresentar os documentos referindo que, no que diz respeito ao controlo de gestão, o exercício de 2025, decorreu sem sobressaltos e dentro do que já tínhamos previsto antecipadamente, tanto em outubro / novembro de 2024, quando da preparação do Orçamento para 2025, como em janeiro / fevereiro de 2025, quando da preparação do Relatório de Atividades e da Apresentação das Contas de 2024. O resultado líquido de €66.564,67 (sessenta e seis mil quinhentos e sessenta e quatro euros e sessenta e sete cêntimos) atingido no exercício de 2025, começou a ser antecipado pelas projeções mensais do controlo de gestão logo que as mesmas adquiriram alguma consistência, a partir dos meses de abril / maio de 2025. No que diz respeito à gestão

corrente da Instituição, o Tesoureiro disse que, tal como se antevia no relatório de atividades relativo a 2024, o exercício de 2025 iniciou-se com excelentes perspetivas de resultados positivos e de desafogo de tesouraria, dado que o efeito das obras ficou totalmente ultrapassado em 2024 e o efeito do serviço da dívida dos financiamentos bancários contraídos para a obra, bem como os encargos mensais com o sistema fotovoltaico, estão perfeitamente acomodados na gestão corrente. Os retroativos resultantes das atualizações salariais bem como os pagamentos do subsídio de férias e do décimo terceiro mês estão a ser mensalmente provisionados, de forma que, quando chega o momento do seu pagamento, existem as reservas de tesouraria suficientes para cobrir essas necessidades. O acontecimento ocorrido em 2025 que reputamos como decisivo para a consolidação da solidez financeira da nossa Instituição, consistiu na atualização do Compromisso de Cooperação para os anos de 2025 e 2026. O novo Compromisso de Cooperação trouxe alterações muito relevantes para todo o setor da economia social, das quais se destaca a determinação do custo mensal médio real da prestação do serviço em ERPI, vulgarmente designado por “Valor de Referência”. Este valor de referência foi fixado em 1.629,15€ (mil seiscentos e vinte e nove euros e quinze cêntimos) para 2025, quando em 2024 estava fixado em 1.400,00€ (mil e quatrocentos euros). Este acréscimo mensal de 229,15€ (duzentos e vinte e nove euros e quinze cêntimos) no valor de referência, embora ainda só esteja parcialmente repercutido nas mensalidades dos nossos utentes e seus familiares, é, juntamente com o aumento das mensalidades nas Comparticipações da Segurança Social, o principal contributo para a solidez financeira da nossa Instituição. Apesar de não estar ainda atingido o valor de referência a que a Instituição tinha direito, a Direção decidiu, ainda em 2025, não aplicar de imediato o aumento às mensalidades dos utentes e seus familiares, previsto para o início do primeiro semestre de 2026. ----- O Compromisso de Cooperação prevê que o “valor de referência” seja revisto anualmente, o que deve acontecer muito em breve, podendo obrigar a uma revisão antecipada das mensalidades. -----

Sobre a Gestão dos Recursos Humanos, o Tesoureiro afirmou que a dificuldade de recrutar pessoas com domínio da língua portuguesa e com aptidão para prestar os

serviços aos nossos utentes de forma adequada, é atualmente uma das maiores dificuldades com que se defronta esta Direção na gestão da nossa Instituição. -----
Concluídas a apresentação e as informações prestadas sobre os documentos em apreciação, o Presidente da Mesa tomou a palavra questionando os presentes se existia alguma questão que gostassem de colocar. Não havendo qualquer questão, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal, Luís Miguel Mestre Costa Silva, tendo este procedido à leitura do parecer do Conselho Fiscal relativo à gestão e às contas do exercício de 2025, colocando-se à disposição dos presentes para prestar todos os esclarecimentos que entendessem colocar-lhe. Não havendo qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Mesa tomou a palavra colocando à votação o Relatório de Atividades, as Contas e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 2025, os quais foram aprovados por unanimidade, quando estavam presentes treze sócios na Assembleia Geral. -----

-----Passando ao **Ponto Dois da ordem de trabalhos**, o Presidente da Mesa perguntou a todos os presentes se alguém tinha algum assunto que pretendesse colocar à Assembleia. Pediu a palavra o Presidente da Direção que comunicou que é intenção da Direção voltar a realizar o almoço convívio já durante o ano de 2026. Relativamente aos sócios da Casa do Povo, referiu que a Direção gostaria de lhes proporcionar algumas benesses em relação ao acesso às vagas privadas de lar, informando que a Direção pensa discutir o assunto internamente de forma a poder apresentar à Assembleia Geral uma proposta. Referiu ainda que gostaria de ouvir os presentes sobre estas duas ideias. O Presidente da Direção falou ainda sobre a utilização do edifício sede, referindo que o edifício atualmente ainda está a ser pouco utilizado e considera que a Casa do Povo deverá continuar a aumentar o uso da sua sede por parte da população. -----

Pediu a palavra o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Geral, Antero Matos Fernandes Silva, dizendo que considera que o almoço convívio é uma forma de criar laços entre toda a população e a instituição. -----

Pediu a palavra o Presidente do Conselho Fiscal, Luís Miguel Silva, que referiu concordar com a intenção da Direção de dar benesses aos sócios no acesso aos serviços, dizendo que durante anos não foi possível fazê-lo, mas que hoje, com as

vagas privadas, já o é. Disse ainda que considera ser importante tentar motivar os sócios a participar na vida da Casa do Povo, incluindo nas reuniões de Assembleia Geral. -----

Pedi novamente a palavra o Presidente da Direção, Ricardo Varela Pereira Silva, que disse que o problema do afastamento dos sócios da vida ativa da instituição não é um problema somente da nossa Casa do Povo, existindo o mesmo problema na maioria das associações. Referiu ainda que poderão ser encontradas soluções para inverter a situação. -----

Não havendo mais questões o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu por terminada a sessão, agradecendo a todos a presença na reunião. -----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas dezasseis horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros que formaram a Mesa da Assembleia Geral. -----

-----ASSINATURAS:-----



Nuno Miguel dos Santos Cunha Duarte



Antero de Matos Fernandes Silva



Pedro Miguel Barros Candeias